



LDO 2024

LDO de 2024 prevê receitas R\$ 29,042 bi e renúncia fiscal de R\$11,8 bilhões por parte do governo estadual - Pág. 4

CONTRATO DESCUMPRIDO

Prefeitura cancela permissão de uso de box para 20 comerciantes no Shopping Orla de Cuiabá
Pág. 8

ACUSAÇÃO INFUNDADA



Prefeito é inocentado pelo MPF da acusação de uso indevido de verbas para combate a Covid em Cuiabá

O Ministério Público Federal constatou que não houve qualquer irregularidade na aplicação de recursos federais recebidos pela Prefeitura de Cuiabá no combate à pandemia de Covid 19 - Pág. 5

XADREZ DA ELEIÇÃO EM CUIABÁ

MDB e Eduardo Botelho se tornam decisivos na eleição do futuro prefeito de Cuiabá

As eleições municipais em Cuiabá em 2024 começam a ganhar contornos claros de um jogo de xadrez disputado entre mestres na arte de fazer a política de bastidores. As articulações para a definição dos candidatos ainda seguem embaralhadas enquanto novas peças são movidas pelos principais jogadores. A última jogada partiu do cacique do MDB, ex-deputado federal Carlos Bezerra que anunciou que o partido vai “brigar” para manter o comando do Palácio Alencastro sob controle ou no mínimo, a influência direta da legenda.

Leia mais na página 5



MAIS DEPUTADOS



Número de deputados nas bancadas da Câmara Federal e da Assembleia vão aumentar em 2026

Pág. 4

POBREZA E FOME

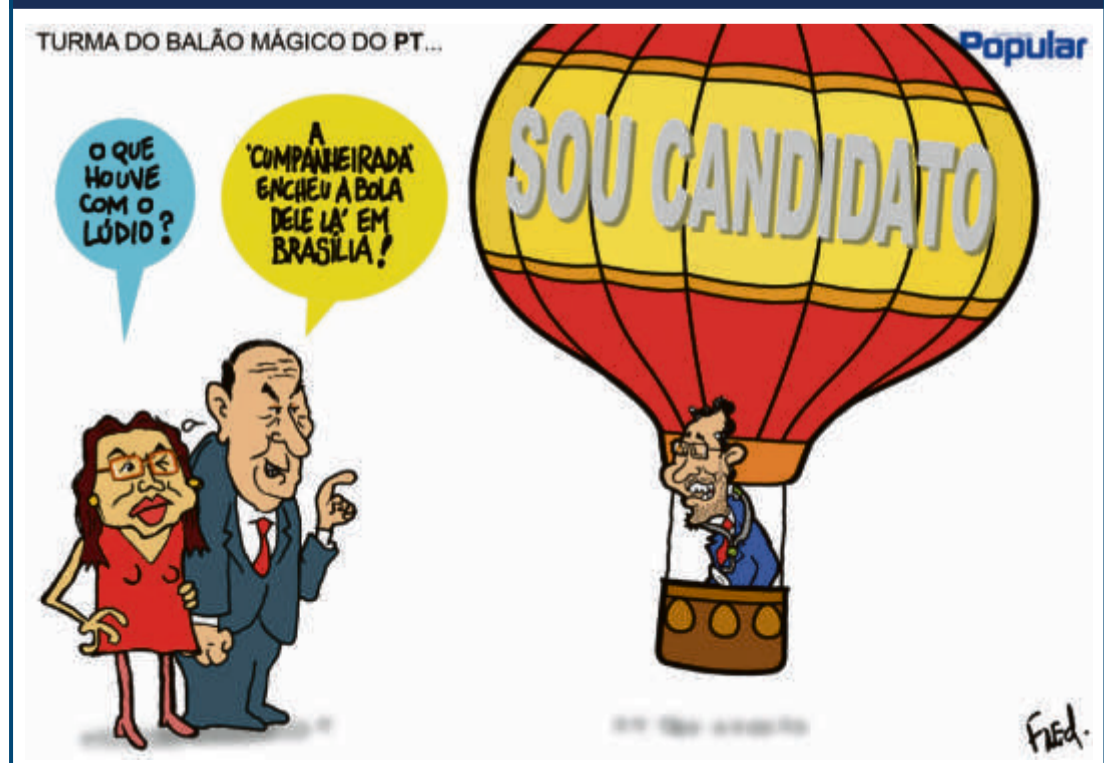


TCE-MT traça panorama social do estado para auxiliar combate à pobreza e à fome

Com os piores índices de pobreza e vulnerabilidade alimentar, os municípios de Nova Nazaré, Acorizal e Barão de Melgaço devem ser os primeiros a serem beneficiados por ações e políticas públicas de assistência social. Os três municípios registraram os maiores percentuais de população vulnerável à fome segundo levantamentos feitos pelo Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso (TCE-MT) por meio do sistema Radar, módulo Assistência Social. Nova Nazaré apresentou índices de 51,36% da população em situação de insegurança alimentar; Acorizal alcançou 51,30% e Barão de Melgaço apareceu com 49,63% dos habitantes em condições precárias de pobreza e fome.

Leia mais na página 8

CHARGE DA SEMANA



Renato de Paiva Pereira
Escritor e empresário

“ **Um trabalhador brasileiro consome 91 horas grudado na internet. Dessas, somente 19 são usadas no trabalho. Esses números são totalmente diferentes nos países da Europa e nos Estados Unidos.** ”

Produtividade do Trabalhador e Redes Sociais

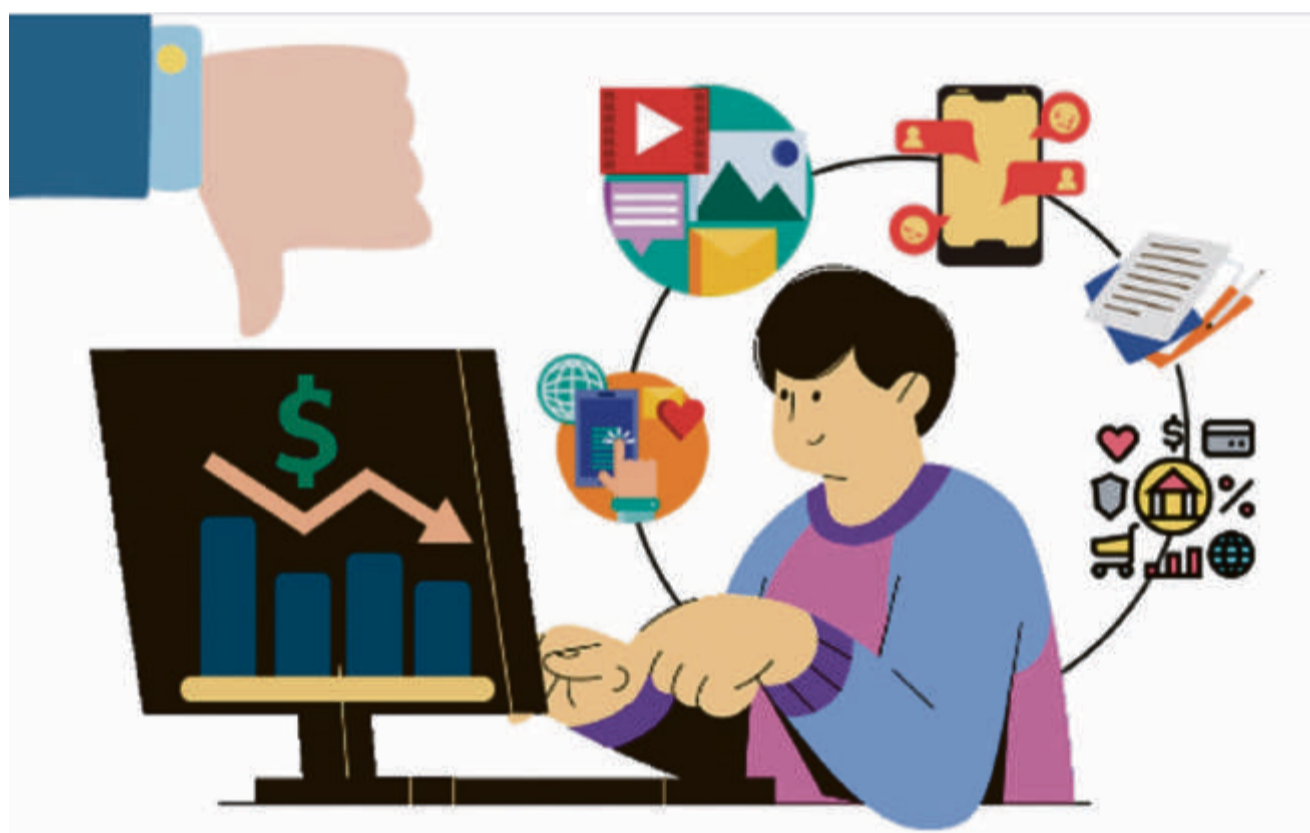
A produtividade do trabalhador brasileiro comparada com a de nações desenvolvidas é muito ruim. Mesmo confrontada com a de países em desenvolvimento, nosso desempenho aparece muito mal, basta ver que de 64 estados pesquisados só três são piores que o Brasil.

Por certo, há muitas e complicadas explicações que educadores, executivos de empresas, psicólogos, economistas e sociólogos conhecem para justificar uma posição tão constrangedora para um país da importância do Brasil. Nossos números são humilhantes: pesquisas apontam serem necessários quatro trabalhadores brasileiros para produzir o que apenas um americano gera.

Existe um fato que não precisa de sociólogo ou psicólogo para ser apontado como um dos mais decisivos para puxar para baixo o desempenho do trabalhador brasileiro: o uso indevido e recorrente do telefone celular no ambiente de trabalho.

Consta que durante a semana um trabalhador brasileiro consome 91 horas grudado na internet. Dessas, somente 19 são usadas no trabalho. Esses números são totalmente diferentes nos países da Europa e nos Estados Unidos. Nesses, são gastas em média 25 horas semanais. Ou seja, nós desperdiçamos 3 vezes mais tempo que essas nações desenvolvidas, quase sempre seguindo postagens de celebridades. São atletas, artistas, cantores e os tais influenciadores digitais que sabendo do gosto das pessoas por fofocas e exibicionismo, as mantêm abastecidas com posts que lhes rende uma grana preta em propagandas e monetização das plataformas.

O Google informa que as 10 celebridades brasileiras mais “seguidas” somente



no Instagram têm mais de 700 milhões de seguidores e que 99 milhões de brasileiros usam esta rede social diariamente. Apenas o Neymar tem 212 milhões de seguidores, número muito semelhante ao da população brasileira de todas as idades. Note que não estão incluídos os seguidores do TikTok, Twitter, LinkedIn, Facebook, etc.

Se este “vício” tem realmente o poder de erodir ainda mais a capacidade produtiva do nosso trabalhador, como penso que tem, temo que este seja um mal em franca prosperidade. A razão é que hoje as crianças de 8 a 10 anos já estão com celular e, imitando seus pais, escolhem os atletas, cantores, artistas, influenciadores ou humoristas que vão seguir. Esta talvez seja a primeira geração a ser exposta tão precocemente aos efeitos das redes sociais e não sabemos ainda se haverá danos sérios à personalidade ou se saberão lidar com isso.

Os pais dessas crianças que hoje estão na faixa dos 40 anos só vieram conhecer este fenômeno dos ídolos de internet e influenciadores digitais a partir dos 20 anos.

Claro que não é possível atribuir somente à internet nossa baixa produtividade, pois antes dela já éramos improdutivos. As razões devem ser buscadas na educação insuficiente, na falta de escolas profissionalizantes, no desinteresse dos empregadores em investir em seus funcionários.

Mas o problema não é a falta de dinheiro público para as escolas: o Brasil destina à educação percentual do PIB maior que os países da OCDE.

Renato de Paiva Pereira
é escritor e empresário

EDITORIAL

Justiça não protege mulheres ameaçadas

Os casos de violência doméstica, familiar e feminicídio em Mato Grosso seguem em um crescendo preocupante. Em 2022, 18.333 novos processos de violência doméstica ou familiar e feminicídio ingressaram no Poder Judiciário de Mato Grosso. Deste total de processos, os juízes e juízas prolataram 12.053 sentenças, nem todas, no entanto, com resolução de mérito.

No país, o levantamento aponta o ingresso de 640.867 mil processos referentes aos mesmos tipos de crimes nos 12 meses, com 399.228 mil sentenças proferidas (com ou sem resolução de mérito) e 674.111 mil ações baixadas. Mais de 1 milhão de processos aguardam uma conclusão pelos tribunais ao fim de 2022.

Estes dados são do relatório “O Poder Judiciário na Aplicação da Lei Maria da Penha: ano 2022 (Lei nº 11.340/2006)”, divulgado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) revelam em números o quanto o Poder Judiciário brasileiro ainda precisa avançar para assegurar punição exemplar aos agressores e garantir que seja feita Justiça às vítimas.

Os números mostram que uma quantidade muito expressiva de solicitações de medidas protetivas de urgência não tem sido concedidas à tempo, deixando as vítimas expostas às consequências mais graves de ataques violentos por parte de atuais ou ex-maridos, namorados, companheiros e ou familiares. Do total de

“ **Os números mostram que uma quantidade muito expressiva de solicitações de medidas protetivas de urgência não tem sido concedidas à tempo, deixando as vítimas expostas às consequências mais graves de ataques violentos** ”

medidas protetivas requeridas no ano passado em Mato Grosso, apenas 77% foram atendidas.

Esta morosidade burocrática, não raras vezes, resultam em atos violentos fatais para aquelas que, vencendo todos os temores e dificuldades, chegaram a recorrer ao Poder Judiciário para tentar salvar-se das ameaças e agressões sofridas dentro de casa.

Outro problema grave identificado pelo CNJ é a demora nos julgamentos dos casos de feminicídio. Em Mato Grosso, a demora para se julgar e punir os feminicidas é de 2 anos e seis meses, em média. Um tempo excessivo visto que são criminosos identificados rapidamente, muitos deles presos em flagrante, mas que, ainda assim, demoram para receber a sentença e iniciar, de fato, o cumprimento da pena.

O próprio relatório do CNJ aponta que os dados apurados sublinham a importância das medidas protetivas na política de proteção às mulheres vítimas de violência doméstica. O órgão controlador da Justiça aponta ainda que os números podem ser ainda maiores devido à possibilidade de, no curso de uma ação penal, a vítima requerer nova medida protetiva de urgência, algo que é bastante comum, aliás, por causa da própria morosidade do Judiciário em responder às demandas tutelares de urgência nesses casos.

Maykom Milas

EXPEDIENTE

copopular.com.br

DIRETOR Maykon Milas
DEPTO COMERCIAL 3052-6030 / 3052-6031

DIRETORA FINANCEIRA Thayla Moraes

FOTOS Assessoria e divulgação

EDITOR DE ARTE Kleber Simioni

CHARGE Fred

PAUTA redacaocopopular1@gmail.com
admcpopular1@gmail.com



CIRCULAÇÃO
Cuiabá, Várzea Grande e baixada

Cuiabá-MT - CEP: 78.048-487
Rua I, Nº 105, Edifício Eldorado Hill Office, sala 24 - Alvorada

PINGA FOGO



PACOTE ANTIFEMINICÍDIO

A senadora de Mato Grosso Margareth Buzetti (PSD) apresentou ao Senado da República o Projeto de Lei 4.266/2023 que reúne um pacote de medidas anti-feminicídio. A proposta da senadora modifica cinco leis vigentes com o objetivo de frear o aumento acelerado dos crimes violentos contra a mulher que, na sua maioria, são sinais preparatórios para a prática do feminicídio por parte dos agressores. Um dos itens principais do pacote anti-feminicídio é a proposta que aumenta a pena mínima deste tipo de crime de 12 para 20 anos, e a máxima, de 30 para 40 anos de prisão. A senadora lembrou que tapas, agressões verbais, psicológicas e ameaças contra mulheres são punidas de forma leve, mas que, essas atitudes são, na verdade, parte do processo que levará, em muitos casos, ao assassinato da vítima. "Queremos mudar isso. O agressor precisa saber que será duramente punido caso agrida uma mulher, seja em que situação for", afirmou a senadora.

GAECO NA SEMA-MT



O Grupo de Atuação Especial Contra o Crime Organizado (GAECO), deflagrou na quinta-feira, 31, a Operação Loki, que investiga um esquema de aprovação de cadastros com informações falsas na Secretaria de Estado de Meio Ambiente (Sema-MT). As informações falsas estariam sendo inseridas no sistema da secretaria por um servidor que recebia pagamentos de propina em espécie. As investigações preliminares indicaram que o servidor movimentou em sua conta pessoal o valor de R\$ 12,3 milhões em um prazo de cinco anos, sendo que R\$ 798.521,36 foram depositados em espécie. Detalhe: o salário mensal do servidor é de apenas R\$11.660,00 por mês. O prejuízo calculado pela fraude pode ultrapassar os R\$400 milhões. O nome do servidor investigado está sob sigilo, por enquanto. A suspeita é que pode haver outros envolvidos, inclusive, em postos graduados da Sema-MT. A conferir.

CARTA BRANCA



O estadual Fábio Tardin ganhou "carta branca" da direção estadual do seu partido, o PSB, para formar aliança em Várzea Grande visando a eleição municipal de 2024. O parlamentar acaba de ser escolhido para comandar o diretório do partido na "cidade industrial". O presidente estadual do PSB, deputado Max Rusi endossou as articulações iniciadas pelo colega para viabilizar o seu projeto eleitoral no município. A ideia inicial é que Fábio seja candidato à prefeitura, mas, poderá conduzir o partido a aliar-se com qualquer um dos demais pré-candidatos, inclusive com o atual prefeito Kalil Baracat que vai disputar a reeleição.

DEPUTADO MISÓGINO



O deputado Gilberto Catani (PL) voltou a protagonizar cenas de misoginia e polêmica por atacar mulheres. Dessa vez, o alvo foi a vereadora por Cuiabá, Maysa Leão (Republicanos). A vereadora foi atacada por Catani que, usando das redes sociais, insinuou que a parlamentar cuiabana defenderia estuprodores. O comentário de Catani incentivou hackers a atacar a vereadora desejando que ela, sua mãe e sua filha fossem estuprodores. Maysa Leão vai acionar o deputado na Justiça e cobrou da Assembleia Legislativa punição severa para o parlamentar que já responde à processo na Comissão de Ética por quebra de decoro parlamentar exatamente por atacar mulheres. Só a cassação pode fazer Justiça às mulheres agredidas pelo deputado misógino.

BR-163 DUPLICADA NO PARÁ



O governador Mauro Mendes e o presidente do Conselho de Administração da Nova Rota do Oeste, Cidinho Santos, querem ampliar a responsabilidade de Mato Grosso sobre a BR-163. Em reunião em Brasília com o diretor da ANTT, Rafael Vital, Mendes e Santos anunciaram planos de duplicar a rodovia de Sinop até Miritituba, no Pará. Importante destacar que a Nova Rota do Oeste tem a concessão da BR-163 até a divisa com o estado vizinho e que entrar em território paraense significaria assumir investimentos bilionários que sairão do bolso dos mato-grossenses. Vem polêmica aí, que vê? Então escuta...

SECRETÁRIO DA CASA CIVIL FÁBIO GARCIA

“O Brasil precisa de leis mais duras para mudar o cenário de violências contra mulheres”

Foto: Absesonia



As questões relacionadas à violência contra a mulher foi o tema central abordado pelo chefe da Casa Civil, Fábio Garcia (União Brasil), em entrevista ao CO Popular. O secretário defende, por exemplo, o endurecimento da legislação como forma de reduzir os índices de violência contra as mulheres no país. Garcia destacou ainda as ações que o Governo do Estado vem realizando nessa área como programas de proteção e capacitação para as mulheres. O titular da Casa Civil do Estado falou ainda sobre a proposta de criação de uma CPI na Assembleia Legislativa para investigar fraudes em contratos da Secretaria Estadual de Saúde. Confira a entrevista abaixo.

Portanto, o que precisa agora é que o agressor tema a consequência da sua agressão, que ele seja penalizado duramente pela sua agressão. E isso requer não só um endurecimento das nossas leis, mas, também requer a eficiência na aplicação das mesmas, para que toda a sociedade possa estar voltada a fazer com que esse sentimento de impunidade acabe

Lucas Leite | Da Redação

Jornal Centro Oeste Popular - Como o governo vai fazer para melhorar a aplicação de políticas públicas em proteção às mulheres, devido aos casos que vem acontecendo no estado?

Fábio Garcia - O governo liderado Mauro Mendes, e coordenador pela nossa primeira dama, Virginia Mendes, lançou recentemente em conjunto com o legislativo e o poder judiciário do estado de Mato Grosso. O que acredito ser o maior programa, o mais completo, um programa de enfrentamento a violência contra mulher em todo o país, programa ser família mulher, inclusive, foi objeto de uma audiência pública no Senado Federal, com a presença da nossa ministra do governo federal em defesa da mulher cujas políticas foram amplamente elogiadas por todos os senadores, senadoras e pelo governo federal. Esse programa aborda a questão da violência contra a mulher em diversos aspectos, primeira busca trazer para mulher a independência pra que ela possa ter coragem de denunciar e também que ela possa ter, por exemplo, um auxílio aluguel para uma vez que ela denunciando, possa deixar o lar e convívio com o agressor e, se libertar dessa relação tóxica.

COPopular - Uma das grandes dificuldades para as mulheres vítimas de violência doméstica é a questão da sobrevivência e sustentação própria e da família após a separação. O que o governo pode fazer nessa área?

Fábio Garcia - Nós temos também um programa para capacitação das mulheres, temos a delegacia da mulher, temos todo aparato de segurança pública que funciona em volta do programa Maria da Penha. São diversas políticas que o executivo tem para que possamos combater este crime, mas isso não será suficiente se nós não tivermos leis e penas mais duras que, de fato, eliminem esse sentimento de impunidade. O Brasil precisa de leis mais duras para mudar o cenário de violências contra as mu-

lheres. Portanto, o que precisa agora é que o agressor tema a consequência da sua agressão, que ele seja penalizado duramente pela sua agressão. E isso requer não só um endurecimento das nossas leis, mas também requer a eficiência na aplicação das mesmas, para que toda a sociedade possa estar voltada a fazer com que esse sentimento de impunidade acabe, para que possamos mudar o comportamento de nossa sociedade e acredito que só muda quando as pessoas passam a ter certeza de que serão duramente penalizadas se cometerem esse tipo de agressão.

COPopular - A situação de Baiano Filho que espancou a mulher, como é que o governo viu isso e se isso reflete dentro do União Brasil? O ex-deputado vai sofrer alguma sanção do partido?

Fábio Garcia - Não conversamos ainda isso dentro do partido. Mas, eu já me manifestei, no mesmo dia, nas minhas redes sociais. Pessoalmente eu lamento e me entristece muito com tudo isso. Quanto ao partido, ele é composto de um diretório e as decisões são tomadas pela executiva. Certamente esse assunto será levado à direção do partido, na maior brevidade possível, para que o UB possa se posicionar oficialmente.

COPopular - O senhor defende uma punição mais rigorosa diante dos fatos? Até mesmo a retirada do Baiano Filho do partido?

Fábio Garcia - Defendo uma punição rigorosa na lei. Quanto a tira-lo ou não do partido, para mim, é uma punição muito superficial para o tamanho do problema que estamos vivendo na sociedade. E partidarizar uma discussão dessa não tem cabimento. Não importa se o cara é ex-deputado ou não, ele precisa ser punido se cometer qualquer crime de agressão contra mulher, isso que realmente interessa uma punição rigorosa na lei.

COPopular - Segundo o deputado Wilson Santos afirmou que já tem seis assinatu-

ras para a possível abertura da CPI da saúde pela Assembleia Legislativa. O senhor já deve ter começado a ouvir alguns deputados da base, como que a Casa Civil se posiciona a esse respeito?

Fábio Garcia - Todos sabem que existe uma investigação em andamento, conduzida pela polícia civil, que foi iniciada, inclusive, pela Controladoria Geral do Estado, órgão do executivo estadual do governo do estado. Portanto, foi o Governo do Estado que deu iniciativa, que provocou a investigação. Nós entendemos que esse tema específico já está sendo investigado. Entendemos que é desnecessária [a CPI] na Assembleia Legislativa na medida em que já existe uma investigação em aberto. Então, é aguardar as investigações por parte do executivo, o que há de garantir é que se houver qualquer equívoco, o governo atuará dentro do rigor da lei, para punir qualquer que seja dos envolvidos, não queremos pré-julgar e antecipadamente culpar alguém. Vamos aguardar com muita tranquilidade que as investigações sejam concluídas.

COPopular - Duas secretárias adjuntas da saúde fizeram uma impugnação e contra os relatórios da controladora geral do estado, que deram início a essa investigação da DECOR. Existe uma crise interna? Como que a Casa Civil vem lidando com essa situação?

Fábio Garcia - Lógico que não existe crise interna. O que existe, na verdade, é que cada órgão com a sua competência e o que mostra é que o governo não tem interferido para que os órgãos trabalhem dentro da autonomia que a lei lhes permite. As secretárias adjuntas questionaram o relatório da CGE, e faz parte, respeitamos isso, já em relação à Assembleia Legislativa, entendemos que seja desnecessária a abertura de comissão parlamentar de inquérito porque a questão vem sendo investigada no âmbito do executivo e da Polícia.

MAIS DEPUTADOS

Número de deputados nas bancadas da Câmara Federal e da Assembleia vão aumentar em 2026

Revisão da quantidade de vagas nas duas esferas do poder legislativo terá que ser feita pelo Congresso por decisão do STF para obedecer a Constituição

Da Redação

A bancada de Mato Grosso na Câmara Federal a partir de 2026 terá nove deputados e não mais os oito atuais. Por decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), o Congresso Nacional terá que adequar o número de deputados federais de acordo com a proporção da população de cada Estado com base no Censo 2022. Conforme o Censo, Mato Grosso terá direito a uma vaga a mais na Câmara Federal.

A medida também afetará a composição da Assembleia Legislativa, que onde serão abertas mais três vagas de deputado estadual. Atualmente, o parlamento estadual conta com 24 cadeiras e passará a ter 27 a partir das eleições de 2026. Conforme a legislação brasileira, o número de deputados estaduais deve ser o triplo do número de federais naqueles estados que têm até 12 representantes na Câmara Federal.

REGRA CONSTITUCIONAL

A Constituição determina que o número de deputados seja proporcional ao total de moradores de cada estado. A última atualização ocorreu em 1993, com dados do Censo de 1991. E agora o Supremo Tribunal Federal decidiu que a Câmara precisa levar em conta a população calculada pelo Censo de 2022.

Nos últimos 30 anos, muita coisa mudou no Brasil. A população cresceu, a migração e emigração interna se acelerou, as cidades cresceram. Estados do Centro Oeste, como Mato Grosso, e do Norte, como o Pará, deram grandes saltos populacionais. No entanto, o número de deputados na Câmara Federal permaneceu inalterado.

O STF foi provocado exatamente pelo governo do Pará. que entrou com a ação. O



A bancada de Mato Grosso na Câmara dos Deputados passará a ter nove cadeiras e na Assembleia Legislativa vai ganhar mais três vagas

governo paraense defendeu a necessidade de uma regra para estabelecer o ajuste na quantidade de deputados quando o número de habitantes for alterado. O estado, por exemplo, tem 17 deputados federais desde a época em que tinha população de 5 milhões de habitantes e agora, segundo último Censo, o estado nortista conta com uma população de 8 milhões e sua bancada federal não teve qualquer aumento. Com a decisão, o Pará aumentará sua bancada para 21 deputados federais.

No caso de Mato Grosso, a população que era de 2.022.524 de habitantes em 1991, hoje conta com 3.658.813 conforme apontou o Senso 2022 do IBGE, um aumento de 1.636.289 ou 44,72% em 30 anos.

QUEM PERDE, RECLAMA

A decisão do STF sobre a revisão do número de deputados não agradou a todos. Estados como o Rio de Janeiro, Bahia que deverão ter suas bancadas reduzidas, mobilizaram já suas bancadas para contestarem a decisão do Supremo.

Para alguns parlamentares, porém, é preciso antes discutir se o resultado do levantamento é confiável. O Rio de Janeiro é um dos estados que perderá quatro cadeiras. Atualmente, a bancada carioca é formada por 46 deputados, mas com a decisão passará para 42. Para o coordenador da bancada fluminense, deputado Áureo Ribeiro (Solidariedade-RJ), contudo, é preciso rever o critério definido pelo STF.



O deputado argumenta que o Senso 2022, realizado sob o governo de Jair Bolsonaro, contém muitas distorções e não deve ser considerado para esta revisão de representatividade na Câmara Federal. "Há fortes indícios de que [o censo] tenha tido resultados enviesados. Vamos nos organizar para que o estado do Rio de Janeiro não perca representatividade", afirmou.

Outro estado que também perde cadeiras é a Bahia, que poderá ficar com duas cadeiras a menos. A coordenadora da bancada estadual, deputada Lídice da Mata (PSB-BA), também contesta a decisão. "A notícia surpreendeu a todos, mas ainda vamos obviamente buscar nos articular, até porque o Nordeste é a região que mais perde. E isso com base em um estudo de um IBGE que aconteceu na pandemia da Covid-19 e que tem tido resultados muito inesperados", disse Lídice.

Uma projeção do Departamento Inter-sindical de Assessoria Parlamentar (Diap) mostra que os estados do Nordeste perderiam no total 8 cadeiras. Apenas o Maranhão ganharia uma, com um saldo negativo para região de 7 assentos.

Conforme a Corte, caso o Congresso não faça a modificação até 30 de junho de 2025, o TSE (Tribunal Superior Eleitoral) terá que determinar, até 1º de outubro de 2025 o número de deputados de cada Estado e do Distrito Federal - tanto os federais como os estaduais e distritais - para a legislatura que se iniciará em 2027.

LDO 2024

LDO de 2024 prevê receitas R\$ 29,042 bi e renúncia fiscal de R\$11,8 bilhões por parte do governo estadual

Os deputados do PT, Lúdio Cabral e Valdir Barranco se abstiveram de votar a peça legal que balizará o Orçamento Geral do Estado para o próximo ano por discordarem da renúncia fiscal de quase 50% do valor das receitas previstas

Da Redação

Com as abstenções dos deputados Valdir Barranco e Lúdio Cabral, ambos do Partido dos Trabalhadores, a Assembleia Legislativa de Mato Grosso aprovou, em segunda votação, o Projeto de Lei 1399/2023, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2024. Proposto pelo Poder Executivo, a LDO prevê uma receita corrente líquida de R\$ 29,042 bilhões, o que representa uma correção de 9,65% a mais em relação à LDO deste ano que ainda está em execução.

Ao mesmo tempo em que alega falta de condições econômicas para reconhecer direitos constitucionais e reservar recursos para valorizar servidores públicos do estado, o Executivo Estadual consignou na LDO a decisão renunciar de receitas no montante de R\$ 11,8 bilhões ao longo de 2024. O valor bilionário da renúncia de receitas corresponde a 40,7% das receitas correntes líquidas que o governo estima obter ao longo do próximo exercício fiscal.

Desse total, Governo do Estado pretende abrir mão de R\$ 10,7 bilhões em Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), de R\$ 448 milhões de IPVA, R\$ 113 milhões de Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCD), de R\$ 30 milhões de taxas e R\$ 455 milhões de juros e penalidades.

A votação do PLDO provocou um intenso debate entre os deputados por conta das emendas parlamentares apresentadas. Com as galerias lotadas de servidores públicos estaduais,



Sessão da Assembleia Legislativa durante debate da LDO: deputados governistas garantiram aprovação folgada de projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2024 e servidores públicos estaduais continuarão sem receber as recomposições inflacionárias anteriores a 2022 e sem uma política de valorização da categoria

os deputados Paulo Araújo (PP), Sheila Klener (PSDB), Lúdio Cabral (PT), Chico Guarnieri (PTB) e Fabio Tardin (PSB) pediram votação em destaque das emendas apresentadas à lei orçamentária.

As emendas do deputado Paulo Araújo, segundo ele, um conjunto de quatro emendas que tratam da valorização do servidor público, como o pagamento da RGA retroativa, entre os anos de 2018 e 2021, e do aumento real dos servidores do Legislativo mato-grossense, foram derrubadas. Quanto à questão do pagamento retroativo da RGA, o presidente da Assembleia Legislativa, deputado Eduardo Botelho (União), disse em plenário que vai trabalhar um projeto de lei para fazer com que o governo reconheça a dívida com os servidores e garanta o pagamento.

"Tem que reconhecer que deve e tem que pagar. Foi dito naquela época que iria ser pa-

go, mesmo que de forma parcelada, e agora todo mundo está fazendo cara de paisagem, como se não devesse nada. Não dá. Os servidores do TCE, MP e do Judiciário receberam, menos os do Executivo", questionou o presidente da ALMT.

A emenda 61, de autoria da deputada Sheila Klener (PSDB), que prevê realização de concurso para Secretaria de Estado de Meio Ambiente (Sema), foi mantida pelos deputados. O deputado Lúdio Cabral (PT) apresentou a emenda 51, mais uma vez, com o objetivo isentar alíquota de 14% de desconto dos aposentados e pensionistas até o teto do INSS, mas a emenda foi derrubada em plenário.

O presidente da Assembleia Legislativa, deputado Eduardo Botelho, neste caso específico, lembrou que, quando aprovada a Reforma da Previdência, o governo garantiu que have-

ria a correção de algumas medidas, mas que até o momento isso também não saiu da promessa. Botelho garantiu, diante da derrota da emenda, que vai continuar lutando para garantir a isenção.

O Governo do Estado prevê no PLDO 1399/2023, para o próximo ano, uma receita corrente líquida de R\$ 29,042 bilhões, um aumento de 9,65%, se comparado com a deste ano, projetado em R\$ 26,486 bilhões. Conforme a mensagem do Executivo, está previsto o pagamento de 5,86% de RGA aos servidores, já atrelado ao IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) de 2023.

Os deputados do PT preferiram não dar seu voto para o projeto de LDO do governo por considerar que, mais uma vez, o Executivo está priorizando a renúncia fiscal em detrimento de direitos dos servidores públicos e de investimentos sociais.

ACUSAÇÃO INFUNDADA

Prefeito é inocentado pelo MPF da acusação de uso indevido de verbas para combate a Covid em Cuiabá

O Ministério Público Federal constatou que não houve qualquer irregularidade na aplicação de recursos federais recebidos pela Prefeitura de Cuiabá no combate à pandemia de Covid 19



Prefeito Emanuel Pinheiro (MDB): investigação do MPF mostrou que gestão agiu com honestidade na aplicação dos recursos destinados ao enfrentamento da pandemia na capital de Mato Grosso

Da Redação

O Ministério Público Federal (MPF) concluiu que não houve nenhuma irregularidade ou indício de crimes na aplicação de verbas federais destinadas à combater a pandemia de Covid 19 em Cuiabá. O procurador da república responsável pelo caso, Marcelo Antônio Ceará Serra Azul, determinou o arquivamento da investigação contra o prefeito Emanuel Pinheiro. O resultado do processo investigativo e seu arquivamento por justa falta de provas não surpreendeu o prefeito.

O Chefe do Executivo Municipal cuiabano sempre sustentou que a acusação era falsa e que tinha objetivo político-eleitoreiro. "Todas as verbas recebidas pelo município para as ações de prevenção, combate e tratamento dos casos de Covid foram aplicadas com o máximo de lisura e responsabilidade pela nossa gestão. Nós temos compromisso de verdade com a saúde de nossa gente e nunca negligenciamos nossas responsabilidades com a vida dos nossos queridos cuiabanos. A verdade prevaleceu mais uma vez con-

tra as mentiras que usam para atacar a nossa administração", pontuou o prefeito.

As investigações do MPF foram provocadas por uma denúncia feita pelo Go-

verno do Estado que protocolou um documento na Procuradoria-Geral da República no qual acusava o prefeito Emanuel Pinheiro de não ter destinado correta-

mente as verbas da Covid 19. No documento, o governo estadual dizia ainda que a Prefeitura de Cuiabá não tinha adquirido equipamentos adequados para os profissionais de saúde que estavam na linha de frente contra a pandemia. A denúncia também indicava que a administração municipal não havia aumentado a capacidade de leitos de UTI para pacientes com Covid-19 e que havia desativado 40 leitos existentes. A Prefeitura refutou as alegações, demonstrando ter criado 30 novos leitos de Terapia Intensiva no Hospital Municipal de Cuiabá (HMC) e outros 10 no Hospital São Benedito.

A gestão municipal confirmou ainda que contava com 105 leitos de UTI e 187 leitos de enfermaria para atender pacientes com Covid-19. Em relação à posterior desabilitação de leitos, a Prefeitura informou ter oficialmente notificado o Ministério da Saúde sobre a realocação dos leitos de UTI do Hospital Municipal de Cuiabá para o Hospital São Benedito.

Durante o curso da investigação, foram realizadas diligências que envolveram órgãos como o Tribunal de Contas da União (TCU), a Secretaria de Estado de Saúde de Mato Grosso, a Assembleia Legislativa do Estado e a Secretaria de Atenção Especializada à Saúde do Ministério da Saúde. Além disso, o próprio prefeito Emanuel Pinheiro prestou esclarecimentos.

Depois de analisar as informações e documentos obtidos, o Ministério Público Federal concluiu que não havia elementos suficientes para sustentar a acusação de crime por parte do prefeito. A investigação demonstrou de forma clara que os recursos foram utilizados de maneira adequada e corretamente direcionados para o combate à COVID-19, levando em consideração a situação de emergência enfrentada pelo país durante a pandemia.

Com base nessa análise, o Procurador Regional da República encarregado do caso, Marcelo Antônio Ceará Serra Azul, solicitou o arquivamento do inquérito por ausência de justa causa para a propositura de uma ação penal.

XADREZ DA ELEIÇÃO EM CUIABÁ

MDB e Eduardo Botelho se tornam decisivos na eleição do futuro prefeito de Cuiabá

O "cacique" do MDB, ex-deputado federal Carlos Bezerra, sinalizou que o partido vai "brigar" para manter-se no comando da Prefeitura cuiabana e Eduardo Botelho, se deixar mesmo o União Brasil, vai ser o candidato dos sonhos dos partidos de centro-direita na capital

Da Redação

As eleições municipais em Cuiabá em 2024 começam a ganhar contornos claros de um jogo de xadrez disputado entre mestres na arte de fazer a política de bastidores. As articulações para a definição dos candidatos ainda seguem embaralhadas enquanto novas peças são movidas pelos principais jogadores. A última jogada partiu do cacique do MDB, ex-deputado federal Carlos Bezerra que anunciou que o partido vai "brigar" para manter o comando do Palácio Alencastro sob controle ou no mínimo, a influência direta da legenda.

O posicionamento de Bezerra, que acabou de ter renovado seu mandato como presidente da legenda emedebista no estado, ao anunciar que o partido pode até lançar candidato próprio à sucessão cuiabana, reforçou de forma consistente os movimentos que o prefeito Emanuel Pinheiro tem feito para se manter como ponte nas articulações dos partidos de esquerda e centro-esquerda.

Até aqui, Emanuel Pinheiro tem colocado o nome de seu vice-prefeito, José Roberto Stopa, que é do PV, partido que integra a Federação de Esquerda com o PT e o Pcdob, como seu candidato favorito pela esquerda na corrida sucessória que se avizinha. No entanto, nada impede que, por influência de Carlos Bezerra, uma mudança completa de posição seja adotada pelo gestor em favor de um nome de dentro da própria legenda.

As declarações de Bezerra colocaram em xeque a resistência da deputada Janaina Riva. A par-



O MDB de Carlos Bezerra e Emanuel Pinheiro assumem papel determinante na composição de forças para a disputa pela prefeitura de Cuiabá em 2024

lamentar é contra o MDB ter candidato à prefeitura cuiabana e mais ainda, de apoiar algum candidato que se alinhe às bandeiras de esquerda – leia-se qualquer partido que apoie o governo do presidente Lula. "Qualquer partido gostaria de ter um candidato a prefeito de Cuiabá. Isso nós vamos discutir mais para frente. Se conseguir a possibilidade de uma candidatura própria, um tanto melhor, mais fácil. Agora, eu não sei, o futuro é quem vai dizer. A candidatura própria não está descartada", disse o ex-deputado.

CANDIDATO DOS SONHOS

Com convites para trocar o União Brasil feitos pelo PSD, PSB, PL e até pelo MDB, o presidente da Assembleia Legislativa, deputado Eduardo Botelho já é apontado como o "candidato dos sonhos" tanto pelas lideranças dos partidos de centro-direita quanto de centro-esquerda. No entanto, o deputado e pré-candidato a Prefeitura de Cuiabá, segue mantendo em "banho Maria" os partidos enquanto aumenta dia a dia a pressão a direção estadual da sua própria legenda que resiste em cancelar seu nome para a disputa.

Caso venha, de fato, a deixar o UB, Eduardo Botelho se converterá imediatamente no

principal adversário a ser batido por todos os demais candidatos à sucessão de Emanuel Pinheiro. É o que apontam os principais analistas e observadores políticos no estado.

O presidente da ALMT se converteu em um fenômeno eleitoral na capital ao descolar totalmente seu nome de grupos políticos consolidados e de partidos políticos. Para os eleitores de Cuiabá, não importa para qual sigla eleitoral Botelho venha a migrar. Em qualquer situação, ele figura como um forte candidato à prefeito.

A última pesquisa eleitoral realizada em Cuiabá Instituto MT Dados entre os dias 08 a 12 de julho de 2023, indicou Botelho como o pré-candidato preferido entre os entrevistados. Segundo a pesquisa, o deputado teria 23% dos votos superando em um ponto percentual o deputado federal de extrema direita, Abílio Brunini (PL) que teria alcançado 22% da preferência.

A vantagem de Botelho, ainda apertada em relação à Brunini, se alarga quando os adversários diretos passam a ser nomes de outros partidos, notadamente da esquerda. Caso o candidato da Federação de Esquerda seja o deputado estadual Lúdio Cabral, pela pesquisa do MT Dados, Botelho teria mais que o dobro de vantagem, pois o petista ficaria com



Descolado de grupos políticos e mesmo de partidos, o deputado Eduardo Botelho e hoje o principal pré-candidato à sucessão municipal, levando larga vantagem sobre todos os potenciais adversários

apenas 9% dos votos, e Fábio Garcia (UB), preferido do governador Mauro Mendes, teria meros 5% da preferência do eleitorado cuiabano, por exemplo.

A mesma pesquisa mostrou ainda que, em caso de um eventual segundo turno, contra qualquer adversário, a vitória de Eduardo Botelho seria praticamente certa se as eleições fossem hoje. Em um possível segundo turno entre Botelho e Abílio, o deputado estadual seria vencedor com 29% dos votos, contra 26%. Numa disputa direta com o petista Lúdio Cabral, Botelho venceria por 34% contra 11%. Contra Fábio Garcia em um segundo turno, Botelho também sairia vencedor com 33% contra 8% e se o candidato fosse José Roberto Stopa, o deputado bateria o adversário por 35% a 6% dos votos.

Os analistas políticos dizem que, todos estes cenários, ainda são construções hipotéticas que podem ou não se concretizar no ano que vem. Muitos são os fatores que influenciam nos resultados de uma eleição.

O fato concreto, no entanto, é que já não há como se pensar uma eleição na capital para prefeito sem considerar o fator Botelho e, notadamente, a influência do MDB que está ancorada - para o bem e para o mal - na gestão do prefeito Emanuel Pinheiro.

Seja Botelho, seja Brunini, seja a Federação de Esquerda, todos terão que armar suas estratégias e campanhas futuras considerando em qual trincheira o MDB irá estar.



OS PENSAMENTOS SÃO COMO PEDRAS: CONSTROEM, SOTERRAM E MATAM. MESTRE DeROSE



Noite de alegria e comemoração da BPW – Chapada dos Guimarães

Zilda Zompero com o secretário de cultura de Chapada dos Guimarães, Barão.



Momento especial da BPW – Chapada dos Guimarães



Marilza Moreira de Fiqueredo, 1ª Diretora Jurídica ao lado da 2ª Diretora Jurídica, Chrystianne Moura, empossadas na recém-criada BPW Chapada dos Guimarães



Zilda Zompero ao lado do prefeito de Chapada dos Guimarães Osmar Froner e primeira dama Hélia Melo



Mariza Bazo, Zilda Zompero e Sueli Batista em noite especial da BPW – Chapada dos Guimarães



Zilda Zompero com a mais nova presidente da BPW – Chapada dos Guimarães, Jurema Lara

INVESTIMENTO NA CAPITAL

Governador visita obras da Avenida Parque do Barbado e diz que está melhorando a qualidade de vida da população cuiabana

Governador Mauro Mendes vistoriou as obras de prolongamento da Avenida Parque do Barbado e destacou investimentos do estado na capital

Fotos: Sismom/MT



Da Redação

O governador Mauro Mendes e o secretário de Infraestrutura e Logística, Marcelo de Oliveira vistoriaram as obras de extensão da Avenida Parque do Barbado que estão sendo realizadas com recursos do Executivo Estadual num investimento de R\$26,7 milhões. Segundo o governador, a obra vai proporcionar melhor fluidez do trânsito da capital e mais qualidade de vida para os moradores da região.

Segundo o governador Mauro Mendes, dentre a extensa lista de obras do Governo do Estado em Cuiabá, essa uma das principais. "O trânsito é um elemento fundamental para a população. Essa é uma via que vai impactar diretamente na fluidez dos carros, permitir um deslocamento mais rápido e melhorar a qualidade de vida de todos", afirmou.

Com 700 metros de extensão, o prolongamento da Avenida Parque do Barbado vai ligar a Avenida das Torres até a Estrada do Moinho. Mas, além disso, vai permitir um acesso mais rápido para que os motoristas que trafegam pelas avenidas Jurumirim e Trabalhadores cheguem até a Avenida Fernando Côrrea e depois possam seguir até a ponte Sergio Motta.

Outro benefício da obra é a canalização do Córrego do Barbado no trecho localizado entre os bairros Renascer e Pedregal. Inicialmente, apenas um trecho de 160 metros do córrego seria fechado. No entanto, o projeto foi adequado e toda a extensão será coberta, para trazer melhorias para a população e evitar desa-



Governador Mauro Mendes e comitiva vistoriaram as obras na manhã desta quarta-feira e destacou investimentos do Estado na capital

propriações. Ao todo, o Governo de Mato Grosso está investindo R\$ 26,7 milhões na obra.

"Estamos resgatando a dignidade das famílias que vivem aqui, pessoas que há 40 anos vivem com o mau cheiro, animais peçonhentos, alagamentos e outros problemas. Essa obra também vai servir a comunidade, porque será iluminada com LED, terá ciclovia, espaço para prática de atividades esportivas", afirma o secretário de Infraestrutura, Marcelo de Oliveira. A Avenida contará com duas pistas para carros de cada lado, duas faixas de ciclovia, calçamento e iluminação em LED.

No momento, a obra está com 44% de execução. O prazo contratual para a entrega da obra é em abril de 2024, no entanto, segundo o governador Mauro Men-

Obras de Prolongamento da Avenida Parque do Barbado vai interligar as avenidas Arquimedes Pereira Lima (Estrada do Moinho), Avenida das Torres e Avenida Fernando Correa da Costa

des, a empresa está mobilizada para finalizar os serviços ainda neste ano.

Serão construídas ainda uma rotatória, no local onde hoje fica uma ponte que liga o Pedregal e o Renascer, além de outra grande rotatória no encontro com a Avenida das Torres.

Acompanharam a vistoria os secretários de Estado: chefe da Casa Civil, Fábio Garcia, de Segurança Pública, coronel César Augusto Roveri, de Educação, Alan Porto, de Assistência Social e Cidadania, Grasielle Bugalho, de Comunicação, Laice Souza, o comandante-geral da Polícia Militar, comandante Alexandre Mendes, e vereadores Dilemário Alencar e Felipe Corrêa.

EDUCAÇÃO INTEGRAL

Prefeitos de 78 municípios de MT se recusam a aderir à programa de escola integral

Surpreendendo negativamente as expectativas, mais da metade dos prefeitos não cadastraram seus municípios para receber parte dos R\$4 bilhões adicionais que o governo federal está destinando para ampliar os horários aulas na rede pública

Da Redação

Nada menos que 78 municípios de Mato Grosso estão fora do Programa Escola em Tempo Integral lançado pelo Governo Federal. Estes municípios não irão receber o reforço de caixa com parte dos R\$ 4 bilhões que o Ministério da Educação (MEC) destinará à execução do programa este ano. Isso porque os prefeitos de 56% dos municípios se recusaram a cadastrar suas cidades no programa.

O último prazo para o cadastramento no Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle (Simec) terminou no dia 31 de agosto. Conforme levantamento realizado pelo MEC, dos 141 municípios do estado, somente 62 aderiram ao programa, o que corresponde a 44% do total.

Os municípios que aderiram ao PETI passarão a contar com assistência financeira para a ampliação da matrícula de tempo integral com oferta de um projeto político-pedagógico que assegure o direito de crianças e jovens a uma formação integra-

Fotos: Reprodução



O PETI busca o cumprimento da meta 6 do Plano Nacional de Educação 2014-2024, política de Estado construída pela sociedade e aprovada pelo parlamento brasileiro

de qualidade. O objetivo é ampliar e diversificar oportunidades educativas, socioemocionais, culturais, artísticas, científicas, tecnológicas e esportivas.

A adesão ao PETI é voluntária aos municípios, estados e Distrito Federal e contempla toda a educação básica, da creche ao ensino médio, desde que sejam etapas prioritárias do ente federado. Para os municípios, essas etapas devem ser obrigatoriamente na educação infantil e no ensino fundamental. Já para os estados, a prioridade será o ensino fundamental e médio. Serão consideradas matrículas criadas ou convertidas a partir de janeiro de 2023 e novas matrículas para 2024.

Todos os entes federados serão contemplados a partir de critérios de equalização, com base na capacidade de financiamento de cada ente. Ao longo de todo o cronograma de adesão, o MEC disponibilizou para as secretarias de Educação tutoriais, plantão de dúvidas e atendimento via suporte técnico, pela Central de Atendimento do Ministério, por meio do telefone 0800 616161.

Os detalhes para a participação bem como a pactuação de metas para a ampliação de matrículas em tempo integral no âmbito do Programa estão disponíveis na Portaria nº 1.495/2023.

UM MILHÃO DE MATRÍCULAS

O Programa Escola em Tempo Integral foi instituído pela Lei 14.640/2023, publicada no Diário Oficial da União em 1º de agosto. A política pública é uma estratégia para incluir a criação de matrículas em tempo integral em todas as etapas e modalidades da educação básica. Coordenado pela Secretaria de Educação Básica (SEB) do MEC, sua finalidade é viabilizar o cumprimento da meta 6 do Plano Nacional de Educação 2014-2024 (Lei nº 13.005/2014), política de Estado construída pela sociedade e aprovada pelo parlamento brasileiro.

O programa visa ampliar em 1 milhão o número de matrículas de tempo integral nas escolas de educação básica de todo o Brasil já em 2023. Um investimento de R\$ 4 bilhões vai permitir que estados, municípios e o Distrito Federal possam expandir a oferta de jornada em tempo integral em suas redes. Depois, a meta é alcançar, até o ano de 2026, cerca de 3,2 milhões de matrículas.

POBREZA E FOME

TCE-MT traça panorama social do estado para auxiliar combate à pobreza e à fome

Encontro realizado em Cuiabá reuniu representantes de 141 municípios para debater temas e medidas que visam reduzir a pobreza e a fome em Mato Grosso

Da Redação

Com os piores índices de pobreza e vulnerabilidade alimentar, os municípios de Nova Nazaré, Acorizal e Barão de Melgaço devem ser os primeiros a serem beneficiados por ações e políticas públicas de assistência social. Os três municípios registram os maiores percentuais de população vulnerável à fome segundo levantamentos feitos pelo Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso (TCE-MT) por meio do sistema Radar, módulo Assistência Social. Nova Nazaré apresentou índices de 51,36% da população em situação de insegurança alimentar; Acorizal alcançou 51,30% e Barão de Melgaço apareceu com 49,63% dos habitantes em condições precárias de pobreza e fome.

Os dados foram apresentados no lançamento do Módulo Assistência Social do Sistema Radar de Controle Público do TCE-MT na quinta-feira, dia 01, pela Comissão Permanente de Saúde e Assistência Social durante a IV Reunião Ordinária da Comissão Intergestores Bipartite do Sistema Único De Assistência Social (Cib/Suas/M).

O Evento reuniu em Cuiabá profissionais de 141 municípios do estado. Assim, além de temas voltados à gestão do trabalho e vigilância socioassistencial, eles também conheceram a plataforma, que traz, dentre outros, dados referentes à situação de pobreza e à demanda por proteção social em Mato Grosso.

À frente do trabalho, o conselheiro Guilherme Antonio Maluf destacou que a novidade garante transparência às ações do poder público, já que tanto a Corte de Contas quanto a população poderão acompanhar a situação atual das diversas políticas sociais executadas no



O conselheiro Guilherme Maluf destacou que o Módulo Assistência Social do Sistema Radar do TCE-MT vai acompanhar em tempo real a execução de programas e ações das gestões municipais e os dados poderão ser acompanhados pela população via internet

estado. Desta forma, segundo avaliou, é possível trabalhar a partir de estratégias preventivas, que são sempre mais econômicas e eficazes que as punitivas.

“Será possível fazer as correções necessárias para a melhora na qualidade de vida da sociedade, sobretudo, daquela parcela em situação de vulnerabilidade. Apesar de Mato Grosso ser um estado rico, ele apresenta milhares de pessoas nestas condições. Então, ainda precisaremos contar com políticas de assistência social e o Tribunal vai monitorar todas elas, para que nosso povo possa melhorar esse quadro”, pontuou.

Presente no evento, o titular da Secretaria Executiva de Apoio Parlamentar Institucional do TCE-MT (Seapi), Carlos Brito, falou sobre os benefícios da ferramenta, destacando ainda outras inovações da Corte de Contas que vêm subsidiando os gesto-

res com informações mais precisas e qualificadas. Esforço que, para ele, é crucial na elaboração e execução dos planejamentos, na tomada de decisões e na observância de prazos.

“Há um impacto na qualidade do serviço público nas mais diversas áreas, porque além do gestor, o Radar também pode ser utilizado por aqueles que exercem o papel de fiscalização, como as câmaras municipais e outras instituições. Junto a outras ações, ele reflete o esforço que vem sendo feito para aproximar cada vez mais o Tribunal de Contas do cotidiano dos jurisdicionados e de setores como o da Assistência Social”, afirmou.

Ao apresentar os dados na reunião, a secretária executiva da Comissão, Flavia Bortot Faria, reforçou a visão do TCE-MT de contribuir com uma gestão pública mais eficiente. “Dentro desta perspec-

tiva atuamos para que o controle olhe também para o resultado, ou seja, para a entrega do serviço na ponta, com qualidade. E a Assistência Social tem um papel fundamental nessa proposta, porque ela ajuda a garantir os direitos humanos.”

O PAINEL

Flávia reforçou que o Radar revela as dimensões de demanda e oferta protetiva, a partir de comparações trimestrais do deslocamento da demanda, em função do acesso de renda do trabalho nos municípios, o que possibilita planejar intervenções de combate às vulnerabilidades. “Deve-se fazer uma correlação dos painéis da demanda por proteção, que está expressa pela oferta de empregos do setor privado nos territórios.”

Os indicadores disponíveis incluem ainda: Capacidade de referenciamento nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS); Capacidade de oferta de serviços pela Equipe de Referência; Capacidade de deslocamentos das Equipes de Referência nos municípios; Nível de demandas por proteção social na população municipal; Nível municipal de oferta de emprego decente em todas as atividades econômicas, dentre outros.

Com relação à cobertura protetiva, por exemplo, 13 municípios têm capacidade de referência em limite crítico (inferior a 80%). Já na demanda por Assistência Social, o sistema aponta que há nove municípios com elevado nível de vulnerabilidade à insegurança alimentar. Em outros 20, mais de 50% da população apresenta rendimentos abaixo da linha de proteção social (1/2 salário-mínimo por pessoa do domicílio).

Os dados subsidiarão a atuação de milhares de assistentes sociais pelo estado, conforme concluiu o coordenador de gestão da Secretaria de Assistência Social de Confresa, Kleuber Moraes. “Percorremos 1.100 km para esta aqui porque essa integração é importante para nosso trabalho. O projeto lançado pelo Tribunal é um exemplo disso, porque vai qualificar a gestão e nos ajudar a correr atrás da melhoria dos índices.”

CONTRATO DESCUMPRIDO

Prefeitura cancela permissão de uso de box para 20 comerciantes no Shopping Orla de Cuiabá



Os comerciantes irregulares terão que desocupar os box que serão repassados para outros interessados

Da Redação

A Secretaria Adjunta Municipal de Agricultura, Trabalho e Desenvolvimento Econômico – SMATED determinou a retomada de 20 boxes no Shopping Orla, em virtude de os permissionários estarem em desconformidade com o Decreto 6.957, de 14 de dezembro de 2018.

A resolução foi tomada em prosseguimento ao processo administrativo, levando em consideração a inércia ou indeferimento de suas defesas administrativas. A determinação foi publicada na Gazeta Municipal nº 697, de 30 de agosto de 2023, página 06.

Os notificados deverão realizar a retirada de suas mercadorias, móveis, equipamentos e instalações dos boxes dentro do prazo máximo de 10 dias corridos, contados a partir desta quarta-feira (30). Importante ressaltar que o não cumprimento deste prazo acarretará medidas legais, incluindo Ação de Desocupação e

Retomada de Posse, bem como a apreensão dos bens remanescentes nas unidades.

Em acordo com o Artigo 55, Parágrafo 5º, do Decreto 6.957, os notificados têm um prazo máximo de 30 dias para solicitar a devolução de bens apreendidos a contar da data de apreensão. O processo de solicitação e subsequente devolução será realizado na Secretaria Municipal de Agricultura, Trabalho e Desenvolvimento Econômico, localizada na Travessa Celso Luiz Moraes de Almeida, nº 111, bairro Poção, em Cuiabá-MT.

A SMATED reforça a importância do cumprimento dos prazos estabelecidos na resolução e coloca-se à disposição para esclarecer eventuais dúvidas e auxiliar no processo de conformidade com as normas estabelecidas. A colaboração de todos é fundamental para garantir um ambiente comercial organizado e justo para todos os envolvidos.



MATO GROSSO NÃO PARA

Quando você soma trabalho e eficiência, o resultado é um dos estados que mais crescem no país.

- 06 hospitais em construção
- Mais de 2400 km de asfalto novo contratados
- 41 novas escolas em construção
- Mais de 50 mil vagas em cursos de capacitação
- 15 mil câmeras sendo instaladas em todo o estado

govmatogrosso | mt.gov.br



Governo de Mato Grosso